



## **Contribuição à crítica à formação profissional e a divisão do trabalho na educação física: um estudo à luz da ontologia marxista**

### **Contribution to a critical training and division of labor in physical education: a study in the light of Marxist ontology**

Alisson Slider do Nascimento de Paula<sup>1</sup>

André Luis Façanha da Silva<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O referido estudo tem por objeto a Formação de Professores e a decorrente divisão do trabalho que se efetiva no interior de tal profissão. Pretendemos exhibir a tese da regulamentação da profissão de Educação Física Lei nº 9.696/98, responsável pela criação do Sistema CONFEF/CREF, avaliada como um complexo peremptório para a constituição do professor de Educação Física enquanto um profissional liberal. Tratou-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois em geral “correspondem a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar a realidade” (TRIVIÑOS, 2012, p. 117). Assim, com o fim de desvelar as lacunas bem como a reificação dos professores de Educação Física no ato do trabalho. Analisamos que tal divisão institui contradições, que se expressão como qualificar x desqualificar, emancipar x alienar, que provocam em apreender o espaço da formação de professores tensionado por diversos projetos em disputa, ainda, tal divisão tem como uma de suas expressões nos cursos de formação de professores a dicotomia entre teoria e prática. Sendo assim, a partir de nossas considerações,

---

<sup>1</sup> Aluno do programa de pós-graduação stricto-sensu mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduado em Educação Física licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, História, Educação e Desenvolvimento (GETHED). E-mail: Alisson.slider@yahoo.com

<sup>2</sup> Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará. Professor do curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.



destaca-se a constituição de uma formação que estimule diretrizes para uma transição no campo da formação de professores a partir da referência da omnilateralidade.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Educação Física. Divisão do trabalho. Ontologia marxista.

### **Abstract**

This study aims at the Teacher Training and the resulting division of labor which is realized within such profession. We intend to switch to the thesis of the regulation of the profession of Physical Education Law No. 9.696/98, responsible for creating the CONFEF System / CREF, evaluated as a mandatory complex for the constitution of a PE teacher as a professional liberal. This was a qualitative research, because in general "match specific ontological and gnostic, to understand and analyze the reality conceptions" (TRIVIÑOS 2012, p. 117). Thus, in order to uncover the gaps and the reification of physical education teachers in the act of work. We analyze that this division imposing contradictions, which qualify as expression disqualify x, x emancipate sell, causing to grasp the scope of training teachers stressed by several competing projects, although this division has as one of its expressions in the training courses teachers of the dichotomy between theory and practice. Therefore, from our considerations, there is the establishment of a training that stimulates guidelines for a transition in the field of teacher education from the reference omnilaterality.

**Keywords:** Teacher education. Physical education. Division of labor. Marxist ontology.

### **Introdução**

No atual cenário da Educação Física, encontramos diversos cursos de formação profissional em todo o território nacional, muito embora sua formação esteja conforme os moldes



do niilismo pós-moderno ancorado na lógica da fragmentação, bem como no contato com conteúdos desvinculados da realidade social. Resultados decorrentes das necessidades do estado neoliberal de salvar o modo de produção capitalista das então crises econômicas. Primeiramente, encontra-se um controle na atuação dos campos dos professores de Educação Física, este controle é realizado pelo sistema Conselho Federal de Educação Física/Conselhos Regionais de Educação Física (CONFEF/CREF's) a partir da lei nº 9.696/98 que determina a regulamentação da profissão, controlando assim quem atua em determinado campo.

A LICENCIATURA: a formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, portanto, para atuação específica e especializada com a componente curricular Educação Física.

O BACHARELADO (oficialmente designado de graduação) qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir por meio das diferentes manifestações da atividade física e esportiva, tendo por finalidade aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável, estando impedido de atuar na educação básica. (CONFEF, 2006, p. 20).

Este objetivo do CONFEF/CREF's ganhou forças com a resolução 07/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual direciona as graduações em Educação Física como: Licenciatura para áreas educacionais e bacharelado para áreas extra educacionais. Com isso, houve todo um processo de reformulações curriculares em diversos cursos de Educação Física das universidades do Brasil, para que estivessem nos moldes da resolução em pauta.

Com efeito, com a promulgação da resolução 07/04 do CNE, decorreu a divisão do campo de atuação na área da Educação Física, isto é, o que antes tinha livre acesso para que o profissional escolhesse qual campo iria trabalhar, após esta resolução, esse direito foi lhe extinguido. Portanto, após a formação em Educação Física, o professor terá que se encaixar conforme sua formação o designa.

Os estudos de Nozaki (2004), Alves (2012), Santos Júnior (2005), Cruz (2009), Coimbra (2010), Dias (2011), Dutra (2011), Silva e Frizzo (2011), que abordam a formação de professores, da produção do conhecimento e da atuação profissional, delineiam, com muita propriedade, coerência e relações entre a economia política e as tendências conservadoras na formação e atuação profissional de professores de Educação Física.



As tendências contrarrevolucionárias, de adaptação da classe, ao ataque da subjetividade, à desqualificação do trabalhador nas condutas de formação acadêmica, estão fortemente alicerçadas em aparatos legais, em estratégias e mediações de aparelhos do estado, como é o CONFEF e de agregações entre organismos da classe capitalista, bem com ressalva Coimbra (2010) em suas pesquisas acerca da reorganização empresarial do âmbito do Fitness, entre CONFEF/CREF's, Associação das Academias do Brasil (ACAD) e o Sindicato dos proprietários das Academias de Ginástica (SINDICAD) (TAFFAREL, 2012).

Consoante evidenciam os estudos de Dutra (2011) – que recorreu aos exemplares da Revista de Educação Física do (CONFEF) –, o autor analisou os posicionamentos do Sistema CONFEF/CREF's por intermédio de suas publicações e concluiu que as principais alegações enfatizam a divisão entre o licenciado que só pode atuar na escola e o bacharel, só pode atuar nos demais campos da Educação Física.

Sendo assim, a partir das crises do capital, provindo de superprodução, saturação, queda da taxa de lucro e outros, focando para a realidade da Educação Física, questiona-se a função da fragmentação da formação, pois, o que antes a formação em Educação Física era para contexto de atuação geral, encontra-se no cenário contemporâneo uma formação unilateral de caráter de especialização precoce para um campo de atuação específico. Esta estratégia está voltada para a lógica de garantir reserva de trabalho, abandonando a qualificação do trabalhador.

Portanto, é imprescindível buscar analisar a partir de uma concepção de fundo os desdobramentos que se deram até chegar a este ponto no cenário da Educação Física, a partir disso, buscar superar estes entraves que se mostram como obstáculos na formação e no trabalho destes profissionais. Sendo assim, trata-se de uma relevância significativa para a emancipação dos professores de Educação Física no exercício profissional da docência, no que diz respeito à reflexão da realidade para explicá-la, criticá-la e superá-la.

Tratou-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois em geral “correspondem a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar a realidade” (TRIVIÑOS, 2012, p. 117). Assim, com o fim de desvelar as lacunas bem como a reificação dos



professores de Educação Física no ato do trabalho, optaremos pelo uso da ontologia marxista, pois, compreende-se como possuidora de uma concepção materialista da realidade, para, mediante o método dialético de análise, abordar de maneira mais coerente e abrangente os mais diversificados fenômenos e, ainda, descobrir as leis objetivas mais gerais que conduzem a sua evolução. Para alguns estudiosos, o materialismo histórico-dialético é a base filosófica de análise e compreensão do mundo e da realidade à nossa volta. A prioridade metodológica da categoria da totalidade é, portanto, ontologicamente fundada. Um argumento ontológico – o ser consubstancia uma totalidade complexa – é o fundamento último de seu argumento metodológico: apenas no interior e a partir da totalidade complexa as categorias podem ser compreendidas adequadamente.

A partir do pressuposto da divisão do trabalho, que se eleva com o desenvolvimento da sociabilidade capitalista, os trabalhadores da área da Educação Física, estão direcionados para um campo específico de trabalho a partir do momento de sua inserção na universidade. Todavia, quais foram os motivos que justificam a fundação do CONFEF? Será que esta divisão no campo de atuação estaria transformando o trabalho concreto do professor em um trabalho abstrato<sup>3</sup>? As escolas de formação destes trabalhadores estão realmente contribuindo para uma formação com qualidade para o exercício profissional no determinado campo de trabalho especializado? Este modelo de formação unilateral estar contribuindo para a formação humana do trabalhador? A partir destas problemáticas, iremos buscar por meio de aspectos históricos e ontológico de Marx e Lukács, buscando evidenciar alternativas, bem como estratégias para superar os problemas advindos por meio da reestruturação produtiva como respostas as crises do capital, sendo eles: formação em Educação Física baseada na pedagogia das competências, que implica o modelo de formação fragmentada e a divisão social do trabalho no âmbito da classe trabalhadora da Educação Física.

### **Pressupostos Históricos e Ontológicos acerca do Trabalho**

---

<sup>3</sup> Designa-se a partir da teoria marxiana, que trabalho concreto é produto de valores de uso, bem como responsável pelo intercâmbio entre homem e natureza. Trabalho abstrato se trata de um trabalho produtor de mercadorias, isto é, de valores de troca.



Em virtude dos desdobramentos que se deram o processo do trabalho e da formação profissional da Educação Física no atual cenário do capitalismo, que está em crise, mas não estamos tratando de uma crise cíclica ou conjuntural, mas, de uma crise estrutural do capital, a qual, as respostas decorrentes de suas necessidades implicam em uma reestruturação produtiva na fábrica, na afirmação de uma sociedade pós-moderna, a afirmação de um estado neoliberal, de universidades baseadas na pedagogia das competências, cumprindo as exigências do mercado de trabalho, e escola como a base do processo educativo já seguindo o rastro da pedagogia das competências cujo lema é aprender-a-aprender.

Todavia, a partir da ontologia lukacsiana, que é um extrato da filosofia deixado das obras do filósofo Karl Marx, podemos constatar que o trabalho é a protoforma – forma originária – do agir humano. Noutras palavras, a partir da transformação da natureza pelo homem, este se realiza enquanto ser social. Pois este processo é o fundamento ontológico do ser social, logo, engendra um impulso a constituição e articulação de relações sociais em patamares elevados. Sendo assim, este movimento só se realiza porque o ser social possui um *médium* diferenciado das outras esferas ontológicas<sup>4</sup>: a consciência (LESSA; TONET, 2011).

A consciência detém papel crucial, pois é nela que o ser humano organiza a prévia-ideação, isto é, planejamento idealmente da finalidade em resposta a uma determinada necessidade social, a qual será efetivada no ato do trabalho na produção de algum ente, este processo de produção é denominado por Lukács por objetivação. Além desse papel fundamental da consciência, no processo de prévia-ideação e objetivação, ela também é a responsável pelos indivíduos poderem se reconhecerem enquanto construtores da própria história, ou seja, a história da humanidade é construída pelos atos dos homens, a partir de uma malha de relações sociais amplas e articuladas (LESSA, 2013). Assim, da articulação das relações sociais a consciência se alça em patamares superiores, permitindo o indivíduo reconhecer o seu para-si, isto é, se

---

<sup>4</sup> Na ontologia de Lukács, pode-se identificar três esferas ontológicas, distintas, todavia, ineliminavelmente articuladas, pois elas são: esfera inorgânica, esfera biológica, e ser social. São distintas, pois cada uma possui essências diferentes, a inorgânica no devir-outro, a biológica na reprodução biológica, e o ser social com a reprodução do novo um movimento expresso conscientemente orientado, teleologicamente posto, e tem seu momento fundante no ato do trabalho. Essas esferas ontológicas são ineliminavelmente articuladas, pois, sem esfera inorgânica não há vida, sem vida não há ser social (LESSA, 2013).



reconhecer enquanto membro ativo de uma sociedade, e construtor da história do mundo do ser social. Pois, o que diferencia o ser humano dos animais, é que o ser social produz seu meio de subsistência (MARX; ENGELS, 2012). Destacando o trabalho de Gonçalves, Moraes e Jimenez (2012), no qual as autoras destacam que diferentemente da atividade da aranha e da abelha – estas se encontram sob a determinação da reprodução de sua especificidade biológica e com a qual cada espécie animal conflui imediatamente – o tecelão e o arquiteto executam suas atividades intercedidas pela consciência. Conforme Marx (2004, p.84) alega que “o animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela”, a atividade do homem, noutro sentido, dispõe-se, para ele próprio, como um objeto para a sua determinação consciente. Assim, através do trabalho, os homens não somente constroem materialmente a sociedade, entretanto ainda lançam as bases para que se constituam enquanto indivíduos (LESSA; TONET, 2011).

Estes processos retratam bem a emancipação do indivíduo, a partir do trabalho, pois toda atividade laborativa é uma resposta às determinadas necessidades do homem (LUKÁCS, 1979). E com a efetivação do trabalho, articulação entre prévia-ideação e objetivação, o homem transforma a natureza, todavia este processo é recíproco, pois tratamos aqui de um processo de objetividade e subjetividade. Ou seja, no aspecto objetivo que se refere ao mundo dos homens é inserido um objeto o qual antes era inexistente, que é incorporado no contexto social já existente, propiciando novas possibilidades e até desconhecidas para os seus criadores. Essas possibilidades estão enquanto resultado do fato do novo condicionar e ser condicionado pela totalidade concreta. Por outro lado, o aspecto subjetivo, se refere à própria consciência que se encontra mais engrandecida por novos conhecimentos e habilidades, inconcebíveis antes do ato do trabalho, o que fomenta o indivíduo, pelo próprio trato social, a generalizar suas novas aptidões. Assim, foram se formando por meio do acúmulo constante de conhecimentos parciais, objetivações universais como a ciência, a tecnologia e a filosofia. Essa ação alarga-se com a maior complexidade das relações e intercâmbios sociais e associação das comunidades humanas, o que torna mais evidenciado e desenvolvido o complexo social da educação.



Este cenário de emancipação humana, na construção do mundo dos seres sociais, muda seu caráter qualitativamente, quando as relações econômicas sobressaem frente às necessidades advindas das relações sociais, pois aqui o homem passa a valorizar as leis do mercado, isto é, passa a valorizar coisas as quais o que prevalece é apenas o valor de troca. Na sociabilidade capitalista, onde a luta de classes prevalece no seio da sociedade, apenas uma pequena parte dos indivíduos detém os meios de produção, as forças produtivas, cabendo, todavia, ao resto ficarem a mercê dos ditames dos empregadores, empresários, que encontram como um dos mecanismos de controle e ordenamento a partir da divisão social do trabalho. Neste sentido, o trabalho já não se caracteriza mais como uma forma de resposta a uma determinada necessidade social, nem como atividade fundante do ser social, pois ele deixa de ser concreto e passa a ser trabalho abstrato, logo, deixa de produzir valores de uso para produzir valores de troca, assim o ser humano não se reconhece mais como produtor de determinado produto, tornando-se um ser estranho, uma coisa, assim sendo, o trabalhador passa a ser a mercadoria mais desvalorizada no mundo das relações entre coisas.

Ao apreendermos a produção da vida sob esta dupla relação, social e natural (natural no sentido biológico, genético, de espécie), torna-se possível discutir a gênese da divisão social do trabalho, visto que, no princípio, a divisão do trabalho era moderada a partir de relações “naturais” do indivíduo, como por exemplo: estatura, sexo e força. A divisão do trabalho apenas se realiza como divisão social do trabalho (e não natural) quando o trabalho é dividido em material e espiritual<sup>5</sup>, na qual a produção e o consumo passam a atribuir indivíduos diversos. Percebe-se, neste estágio evolutivo, que o padrão que determina as formas de cooperação entre os indivíduos foi modificado – do natural, de espécie, para o social, de gênero.

A divisão do trabalho tem enquanto seu fundamento a sistematização da sociedade em distintas famílias, na qual o trabalho de um é apropriado de forma exclusiva por outrem dentro desta relação. Deste modo, alegamos que a propriedade privada e a divisão do trabalho são expressões análogas, ao mesmo tempo em que há a divisão do trabalho, há a assimilação privada

---

<sup>5</sup> Ou também em algumas traduções dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, “trabalho intelectual”. Utilizaremos neste trabalho o termo **trabalho espiritual** de acordo com a tradução de Marx e Engels (2012).





do mesmo, assim, a superação da propriedade privada necessita da superação da divisão entre o trabalho espiritual e o manual. A divisão do trabalho e a formação da propriedade privada, logo, evoluem na medida em que as relações em família se transformam e tais famílias, muitas vezes em oposição, difundem de forma desigual o trabalho e seus produtos; sendo assim, alegamos, conforme Engels (2004) e Marx e Engels (2012), que a propriedade privada brota no seio da primeira forma de relação social: a família.

A diferenciação dos grupos de parentesco evoluem mais ainda com a combinação de grupos conquistados e conquistadores, e a terra comum de todos afasta-se da propriedade privada de cada grupo organizado. O aumento da propriedade de cada grupo faz também crescer a possibilidade de individualização da propriedade privada da posse de terra por família e não mais por grupos de famílias (MARX, 1986). Sob tais condições sociais, desenvolve-se a contradição entre os interesses dos indivíduos, os interesses de determinadas famílias e os interesses coletivos de todos os indivíduos que precisam relacionar-se natural e socialmente para manter a vida. Está designada, então, a divisão entre interesse particular e interesse comum. Enquanto o ser humano vive em uma sociedade em que a divisão do trabalho se dá naturalmente, é o poder<sup>6</sup> quem domina o ser social e não o oposto. Todavia, com a repartição e divisão do trabalho esta relação se transforma, pois cada um passa a ter função social pré-determinada. Enquanto a atividade humana não está dividida socialmente, mas biologicamente, a própria ação humana corporifica-se nesse poder que lhe é alheio e que o subjuga, ao invés de ser dominado pelo próprio homem (MARX; ENGELS, 2012).

A divisão do trabalho chega a um patamar elevado, superior quando se separa, logo, o trabalho espiritual do trabalho material. Como o trabalho é um produto social coletivo e não individual, é possível determinar distinções na constituição social do trabalho (quanto mais o trabalho é dividido, menor é a contribuição de cada um sobre o produto). O trabalho manual e espiritual pode ser desmembrado, fracionado e tornar-se atividade específica de um grupo de pessoas ou de uma pessoa, no entanto, essas duas atividades são partes indissociáveis do trabalho

---

<sup>6</sup> Enquanto a atividade humana não está dividida socialmente, mas biologicamente, a própria ação humana corporifica-se nesse poder que lhe é alheio e que o subjuga, ao invés de ser dominado pelo próprio homem (MARX; ENGELS, 2012).



(complexo fundante do ser social), pois elas constituem o processo de trabalho em sua totalidade, mesmo sendo direcionadas a pessoas distintas, o que, em decorrência, propicia oposição entre os grupos a que cabe cada tipo de atividade.

É a contradição entre interesse particular e coletivo que torna possível a encarnação do interesse coletivo na qualidade de Estado<sup>7</sup> (que é totalmente separada dos interesses comuns reais dos indivíduos) e que indica um simulacro, mas que tem por base os laços reais (divisão do trabalho, língua, consanguinidade e outros) (ALVES, 2011).

Os interesses de classes determinadas se proclamam no interesse coletivo e criam uma relação de dominação de uma classe sobre as outras. A divisão do trabalho, ao atingir o patamar de divisão social do trabalho, possibilitou que um interesse particular fosse forjado como um interesse universal. É preciso ressaltar a base material, concreta deste processo de dominação através de interesses distintos entre as classes que são a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção e reprodução da vida (ALVES, 2010, p. 45).

No cenário da Educação Física, isto reflete bem a divisão na formação, pois no momento da divisão da formação, de forma imediata se concretiza o processo de divisão do trabalho. E a formação passa por uma reformulação à qual priva conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade de serem apropriados pelos estudantes no processo de formação profissional. Nessa acepção, o professor de Educação Física não consegue mais constatar, identificar, compreender e explicar a realidade social. Estamos tratando de uma formação nos moldes dos ditames do capital, cumprindo assim, a realização do trabalho abstrato, pois, o professor que está direcionado para o campo não-escolar, e ou no campo escolar privado, está extraindo mais-valia, logo, está vendendo sua força de trabalho para gerar lucros à seu empregador.

Por isso, que Marx (2002) compreende que o trabalhador se torna uma mercadoria, transforma-se em um ser estranho, um meio da sua existência individual. O que deveria ser meio de humanidade se converte em desrealização do ser social, estranhamento e alienação dos homens e mulheres que trabalham. E esse procedimento da alienação por intermédio do trabalho não se efetiva exclusivamente na perda do produto do trabalho, mas também na própria ação de produção, que é fruto da atividade produtiva já alienada. O que implica dizer, que, sob o

---

<sup>7</sup>O Estado adquire, de acordo com Marx e Engels (2007), uma existência particular junto da sociedade civil, que é a própria forma de organização que a burguesia dá a si mesma com o objetivo de manter sua hegemonia.



capitalismo, o trabalhador habitualmente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho (ANTUNES, 2013).

Portanto, a partir da consciência dos seres humanos, quando se eleva em patamares superiores, que permitem os indivíduos se reconhecerem para-si, enquanto construtores da própria ordem vigente, enquanto construtores da história, este cenário poderá mudar, por isso, a classe revolucionária em determinado período histórico é aquela que se reconhece enquanto detentora da fabricação da riqueza do mundo dos homens, sendo assim, identificamos a classe dos trabalhadores, a qual o professor de Educação Física se encontra que o mesmo se aloca no grupo do trabalho imaterial, como sendo a única classe revolucionária possível no atual cenário da sociabilidade capitalista.

### **Formação por competências em educação física**

No atual modo de produção, os conhecimentos produzidos pela ação dos seres humanos frente à natureza possui tendência a se tornar uma força produtiva, sendo, nessa acepção, propriedade da classe dominante que dispõe ao trabalhador, através da educação escolar, somente o mínimo para que ele possa produzir. Nos distintos processos de acumulação capitalista um novo projeto de ser social é traçado buscando atender às necessidades do capital.

Assim sendo, o sistema educacional passa por modificações. Na era da acumulação flexível, a educação escolar é conduzida por três pressupostos cruciais: as competências, a empregabilidade e o empreendedorismo (MACIEL et al., 2011). Nessa perspectiva, portanto, a educação deve servir na formação do novo tipo de trabalhador, isto é, flexível, polivalente e empreendedor. No que diz respeito à empregabilidade, em teoria se tem uma educação que irá dispor às competências técnicas para que o indivíduo se garanta empregado, no entanto, é sabido que o atual processo do modo de produção capitalista estabelece um cenário de desemprego estrutural, com isso, essa formação torna-se falsa, regada no discurso da culpabilização do trabalhador. Nessa acepção, se o trabalhador não consegue se empregar, portanto, ele não tem



competências ou não se preocupou em obtê-las, assim, a escola disfarça um projeto de educação burguesa, que formar para o desemprego (GETILI, 2000).

O trabalhador indispensável ao capital no momento histórico vivido deve estar hábil a desenvolver diversas funções durante toda a atividade produtiva. Capacidade de resolução de problemas, generalista, capacidade de abstração, trabalho em grupo, criatividade, conhecimentos gerais e técnico-internacionais (língua inglesa e informática, por exemplo), tornam-se qualidades prementes à fase competitiva do capitalismo (FRIGOTTO, 1996).

Para a efetivação desses objetivos, as diretrizes educacionais se apoiam nas pautas das exigências das organizações internacionais vinculados ao capital financeiro, em um processo de globalização. São duas as organizações cruciais nesse processo: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que juntas motivam os países periféricos a perseguirem “boas políticas educacionais” que concordem com as suas presunções. Nessa acepção decorre às reformas na universidade brasileira, bem como as reformulações curriculares, em especial na educação física.

O atual modelo de formação profissional, e em especial, em Educação Física, após a promulgação da resolução 07/04, passou à estar diretamente relacionado como resposta do capital às crises econômicas, logo, com a crise da economia internacional da década de 70, problema de superprodução, baixos percentuais de investimento e queda da taxa de lucro, os postulados do Estado do Bem-Estar Social foram severamente criticados, como também os direitos sociais foram objeto de intensa restrição, pois foram responsabilizados pela estagnação da economia e pela inflação, vale destacar, isto foi à resposta do capital diante da crise. Daí o surgimento das chamadas “reformas” do Estado, que visam desobstruir o caminho para o mercado (LIMA, 2012, p. 96).

Nesse contexto de desestruturação do Estado do Bem-Estar Social, assegurados por estes (emprego, educação, saúde, entre outros), e de remoção dos entraves burocráticos das relações de trabalho, surgiu o conceito de competência, atrelado a crescente instabilidade do mercado de trabalho, decorrência da precarização da força de trabalho, bem como a imensa onda de desemprego.



Com efeito, na lógica das competências Perrenoud afirma que “a formação por competências exige uma pequena ‘revolução cultural’ para passar de uma lógica do ensino para uma lógica do treinamento (*coaching*)” (1999, p. 54).

A fragmentação da formação, fundamentada a partir das resoluções 07/04 do Conselho Nacional de Educação (CNE) divide a formação em cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física<sup>8</sup>. Esta divisão ocasionou uma limitação na atuação profissional dos professores de Educação Física, definindo o campo educacional voltado para os licenciados e os campos não-escolares – academias, clubes, escolinhas, entre outros. – aos bacharéis em Educação Física. As posições do Conselho Federal de Educação Física, que em suas legislações específicas delimitam campos de atuação do profissional – professor de Educação Física, vêm gerando lacunas na formação, espaços que são sentidas durante o processo de formação, bem como na atuação profissional, nos campos de trabalho. As lacunas na formação dizem respeito à negação do conhecimento e os espaços na atuação profissional dizem respeito à negação de postos de trabalho. A expressão desta negação pode ser identificada nas atuais reivindicações do Movimento Estudantil da área, que reivindica a revogação das diretrizes curriculares e a reformulação dos currículos na perspectiva da unificação (TAFFAREL, 2012).

Posto isto, identificamos que a formação, na perspectiva da pedagogia das competências, está direcionada para a constituição de um trabalhador com um novo perfil: “amplo, generalista e iniciação à cultura específica do novo paradigma tecnológico.” (MACHADO, 1998, p. 2). Nesse contexto, forma-se os trabalhadores – os professores de Educação Física estão inclusos nesse processo – para a competitividade, com intuito de atuarem em circunstâncias improváveis, que vão desde o emprego temporário até o desemprego. “O modelo de competência é erguido como nova pedagogia que nucleará a formação dos professores, dos alunos e dos currículos.” (LIMA, 2012, p. 107).

---

<sup>8</sup> A maioria das Licenciaturas e Bacharelados estão nas Universidade/Faculdades Privadas. Surgem, também, neste momento histórico, as iniciativas de formação à distância, inclusive incentivadas pelo governo através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que proporciona a Educação à Distância (EAD). O governo prevê a formação de um milhão de docentes para a Educação Básica à distância. Este propósito poderá ser encontrado no pronunciamento do Secretario de Educação à Distância do MEC, Ronaldo Mora. Disponível em: <[http://www.abraead.com.br/artigos\\_ronaldo.html](http://www.abraead.com.br/artigos_ronaldo.html)>. Acesso em: 25 mai. 2012.



### **O mundo do trabalho da educação física no contexto da reestruturação produtiva**

A reestruturação produtiva advém para superar esta crise a qual o capital vivenciava. Contudo, com o advento do estado neoliberal, a política de setores privados, prevalecendo frente aos setores públicos, fortaleceram as ideias direcionadas a privatizações, pois, isto tiraria a autonomia do trabalhador, logo, estes estariam a mercê de um trabalho flexibilizado, abstrato, sem garantia de direitos. A partir deste viés, pensemos o cenário da Educação Física, com esse processo mencionado do setor privado intervindo direto; surge o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF); o CONFEF foi instituído pela Lei 9.696 de 01 de Setembro de 1998, a lei da regulamentação do profissional de Educação Física.

Para tanto, uma análise sobre o processo de regulamentação da profissão de Educação Física adquire forma quando refletimos sobre as transições decorridas no campo das relações de trabalho em um contexto de crise do capital, que se desdobram em transformações superestruturais no interior da sociedade capitalista. Tal percurso metodológico é-nos imposto ao partimos da premissa de que a realidade é uma variedade de complexos sociais que estão articulados entre si uma relação de múltiplas determinações – o que nos permite compreender a Educação Física como um complexo social que não está isento das transformações materiais, políticas e ideológicas exigidas pelo sistema capitalista (SOUSA SOBRINHO et al., 2011).

É crucial refletirmos sobre as análises elaboradas por Nozaki (2004), o autor destaca a adequação da Educação Física ao modelo de acumulação flexível, isto é, à nova base material produtiva; ao setor de serviços mediados pela transformação das práticas corporais em mercadorias, associado à nova ordem de precarização, fragmentação e terceirização compelida pela ordem neoliberal vinculada à nova base material; ao novo modelo de regulação social, em sua relação de formador e formado, no seio dessa superestrutura, noutras palavras, a Educação Física advém como meio para a adequação das consciências à ideologia da empregabilidade. Todas essas transformações têm no processo de regulamentação da profissão uma mediação determinante para suas efetivações. Um elemento significativo sobre a Educação Física e sua relação com a reestruturação produtiva está presente na análise histórica de tal conteúdo escolar, o que nos permite apreender a trajetória dessa disciplina curricular na escola associada à



formação do trabalhador de caráter fordista. Isto é, o operário-massa do padrão de acumulação fordista encontra nas aulas de Educação Física – a partir da atuação docente tecnicista regrada à repetição de gestos mecânicos – o meio de sua constituição corporal (Ibidem).

Todavia, a transição da base produtiva conduzida pela transformação do modelo de acumulação, a qual advém como resposta à crise do capital, reflete na desvalorização da Educação Física no Projeto Político Pedagógico da escola para a formação do novo trabalhador. Nozaki (2004) argumenta que a Educação Física no interior da escola não acata, numa perspectiva imediata, aos anseios para a formação do trabalhador flexível, logo, a formação do corpo disciplinado, fomentada pela concepção de aptidão física e saúde, perde espaço em virtude de uma formação intelectual. Nesse caminho, Cardozo (2008, p. 169-170) aponta as referidas competências necessárias ao novo trabalhador:

[...] posse de escolaridade básica, formação geral e técnica suficientemente amplas; capacidade de adaptação a novas situações; possibilidade de ocupação de postos de trabalhos variados; capacidade de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas o que demanda capacidade de abstração, de seleção, trato e interpretação de informações; iniciativas para resolução de problemas e, acima de tudo, responsabilidade com o processo de produção.

A desvalorização da Educação Física está explícito nas tentativas de redução da carga horária das aulas desta disciplina curricular e de eliminação de sua obrigatoriedade no campo da estrutura legal da própria educação, como observamos no texto inicial da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Apesar de o texto final da LDB pôr em evidência a obrigatoriedade da Educação Física enquanto componente curricular, a reflexão de Nozaki (2004) confirma que as tentativas de sua exclusão no texto oficial apresentam-se como evidências de sua desvalorização no PPP na escola. Compreendemos ainda que não seja possível a adaptação instantânea da Educação Física ao novo projeto dominante de formação para o trabalho, não explicita uma incapacidade dessa disciplina para atender aos anseios acima demandados para a formação do trabalhador flexível. Contudo, reportamo-nos em nossa análise à existência de uma nova intervenção da Educação Física com o projeto dominante, estamos nos referindo à educação da cultura corporal como “artigo de luxo a ser ofertado nos setores de serviços fora da escola” (SOUSA SOBRINHO et al., 2011, p. 03). Sadi (2013) coaduna-se com esta alegação quando assegura que, a respeito da educação, em um contexto de crise do capital e de contrarreformas neoliberais, devemos analisá-



la como uma mercadoria com ampla aceitação no setor de serviços, a qual é tomada como meio de elevação da taxa de lucro do capital. Para tanto,

[...] podemos considerar que os investimentos em instalações máquinas e matérias-primas na área de educação, em comparação aos salários, são relativamente menores diante de setores da produção, ou mesmo diante do setor de serviços da saúde. Isso significa novamente dizer que a composição orgânica baixa permite ao capital obter taxas mais elevadas de mais-valia. Como se consegue tal façanha? Produzindo grandes quantidades de mercadorias a custos inferiores aos do mercado e vendendo-as a preços abaixo dos valores de referência do mercado. Esse processo, justamente com os princípios de produção japonesa, incluem o “modelo” de qualidade como o termômetro de aferição dos acertos e erros, do “enxugamento” organizacional das instituições. Realiza-se através da cooperação/cooptação dos sujeitos, que devem se envolver, participar e “saber ser” na concepção e execução dos projetos. Nesse sentido o capital penetra na educação como capital produtor de mercadorias (p. 09).

A partir das colocações de Sadi (2013), podemos apreender que a Educação Física desempenha uma nova mediação histórica com o projeto dominante ao ter os conteúdos da cultura corporal ofertados como mercadorias no setor de serviços no chamado espaço não-escolar. A expansão da educação no setor de serviços tem como decorrência que os conteúdos da cultura corporal passam a compor as mercadorias no setor de lazer e saúde. As práticas corporais contraem um semblante de classe, já que estas se tornam acessíveis apenas à classe detentora do poder econômico, uma vez que estes conhecimentos passam a ser ofertados somente no setor de serviços, logo, tais conteúdos são excluídos da escola pública. Esse esvaziamento pedagógico da Educação Física repercute-se na perda de postos de trabalho na atividade docente no interior da escola pública em virtude do trabalho do professor liberal no campo de serviços no setor não-escolar (SOUSA SOBRINHO et al., 2011).

Compreendemos, portanto, o processo que Nozaki (2004) nomeará como o reordenamento do campo de trabalho do professor de Educação Física, no qual este é submetido ao setor de serviços como saída fenomênica e imediata em um contexto de desemprego estrutural, o que atribui a essa categoria um confronto com trabalhadores que tradicionalmente ocupavam este setor de trabalho. A estratégia encontrada para garantir aos professores de Educação Física essa fatia do mercado foi a tese da regulamentação da profissão, fundada sobre a perspectiva de reserva de mercado e a conquista de vantagens legais sobre os demais concorrentes pelo nicho de mercado das práticas corporais na área não-escolar. Portanto, a lei 9.696 de 1998, que dá origem ao Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF) e respectivos





Conselhos Regionais de Educação Física (CREF's), é baseada em uma análise fenomênica da realidade, impossibilitado de compreender os nexos determinantes da crise desse sistema e suas decorrentes transformações superestruturais, denotando como saída para a categoria à tese corporativista de reserva de mercado do trabalho para uma categoria de trabalhadores conquistada por meio da regulamentação da profissão.

A tese de regulamentação da profissão surge em um contexto de extensa desregulamentação do trabalho, estabelecida pelo modelo de acumulação flexível. No entanto, as novas estratégias denotadas coadunam-se com os projetos dominantes a partir do momento em que os próprios conselhos profissionais constituem-se como estruturas avançadas do próprio capital, atuando como mecanismos de adaptação dos professores de Educação Física e das práticas corporais ao novo mercado, constituído no setor de serviços e na extração da mais-valia. Nesse contexto, o modelo de regulamentação da profissão provém como meio de regulamentação do mercado, isto é, adequando os trabalhadores aos novos modelos de extração da mais-valia. Taffarel (et. al., 2007) indica que, para os processos de desregulamentação do mundo do trabalho, descentralização, precarização, engendram reajustes nas formas de organização da classe trabalhadora, daí a necessidade de se regulamentar o mercado pela direção da regulamentação da profissão. Com isso, os conselhos profissionais surgem nesse novo contexto como mecanismo de autorregulação do próprio mercado, como um dos mecanismos da própria estrutura capitalista.

A subjetividade do trabalhador é enfraquecida, não lhe permitindo se perceber como indivíduo integrante de uma classe, privando assim a esfera de sua circunstância objetiva na estrutura econômica social capitalista, o que o leva a entrar em “concorrência” com outro indivíduo igual. Por isso, que Marx (2002) compreende que o trabalhador decai a uma mercadoria, torna-se um ser estranho, um meio da sua existência individual. O que deveria ser meio de humanidade se transforma em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse procedimento da alienação através do trabalho não se efetiva somente na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada. O que significa dizer, que, sob o



capitalismo, o trabalhador comumente não se contenta no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho (ANTUNES, 2013).

Sendo assim, a partir das problemáticas da formação do trabalhador no atual Estado neoliberal, da sociedade, sob o domínio do modo de produção capitalista, sob vigência do modelo de formação por competências, é inserida diretamente na formação profissional em Educação Física, desumanizando-os, coisificando-os, reificando-os, no ponto de vista ontológico.

### **Considerações em aberto**

O atual cenário da Educação Física, no que tange a formação profissional, e o mundo do trabalho, está permeando as mudanças conforme alega Antunes (2010), quando menciona as metamorfoses que o trabalho sofre no final do século XX e no início do século XXI com o surgimento da reestruturação produtiva enquanto resposta do capital às crises pelo qual o mesmo passava e ainda passa. Conforme ressaltado anteriormente, as mudanças no mundo do trabalho trazem consequências para o campo educacional, objetivando adequar os trabalhadores às demandas requeridas pelo capital na sua fase de acumulação.

Pode-se identificar que a partir disso, é que decorreu a reforma universitária, a qual critica o modelo da universidade baseada na pesquisa, para passar a atender as demandas do mercado de trabalho, assim contribuindo para a formação de um novo tipo de trabalhador, que se adeque ao novo tipo de modo de produção, para isso, a formação passará por uma transição, passou a ser baseada no modelo de formação por competências, que implica alegar que a formação não busca mais o processo de socializar o conhecimento historicamente constituído pela humanidade, pois a construção da historicidade humana, no caso da Educação Física seu objeto se caracteriza enquanto a cultura corporal. Todavia o atual modelo de formação está centrada para a formação de um novo padrão de trabalhador: “amplo, generalista e iniciação à cultura específica do novo paradigma tecnológico.” (MACHADO, 1998, p.2). Nessa vertente, implica ser necessário educar os trabalhadores para a competitividade, com ênfase de agirem em ocasiões imprevisíveis, que vão desde o emprego temporário, até o desemprego (LIMA 2012).



Assim, consolida-se um modelo de formação propagado pela lógica neoliberal ao atender os interesses do mercado de trabalho em sua existência fenomênica – concretizando um novo modelo de formação de professores, referida por Scherer (2005), por possuir uma habilitação específica e supostas competências voltadas para intervenção no mercado de trabalho não-escolar, ou seja, o bacharelado.

Tal modelo vem efetivar-se com a criação de um currículo especialista, após a sua fragmentação em licenciatura e bacharelado determinada pelas novas Diretrizes Curriculares para os Cursos Superiores de Educação Física, homologada pela Resolução 07/04 (CES/CNE). Essa fragmentação confirma os anseios do sistema CONFEF/CREF's – o qual atua diretamente enquanto entidade representativa da área no processo de definição das diretrizes curriculares – ao concretizar os meios necessários para a apropriação privada pelos profissionais da Educação Física, do mercado de trabalho, das práticas corporais no setor não-escolar.

Esse processo remete-nos à intervenção política dos conselhos no sentido de garantir o modelo de formação apropriado aos anseios do grupo ao qual representam – proprietários de academias e grandes empresários do ramo do fitness. Evidencia-se, nesse sentido, a intervenção do capital – representado pelo sistema CONFEF/CREF's, com sua estrutura avançada – sobre o processo de formação acadêmico-profissional constituindo a divisão do currículo de Educação Física em dois modelos de formação distintas, a licenciatura e o bacharelado.

Portanto, o sistema CONFEF/CREF impõe um modelo de formação de bacharelado, o qual se caracteriza como a imposição de uma necessidade artificial do capital, que, ao mesmo tempo em que favorece o seu movimento metabólico de expansão e acumulação, adapta o trabalhador da Educação Física às condições neoliberais de venda da sua força de trabalho.

Com isso, é necessário, buscar uma alternativa a esse modelo de formação, o qual não é plausível no que diz respeito ao a realidade do curso, pois não condiz com os conhecimentos científicos acumulados ao longo da história desta área do conhecimento, bem como, descaracteriza o fundamento do ser social, a partir de uma formação, à qual os profissionais não se reconhecem enquanto seres ativos na sociedade. Portanto, a proposta da formação unificada



levantada pelo movimento estudantil da Educação Física, acatada pelo Movimento Nacional Contra a Regulamentação do profissional de Educação Física (MNCR), está pautada na superação do atual modelo de formação fragmentada, desvinculada da realidade concreta. A formação unificada possui o viés para enfrentar a divisão social do trabalho, a partir de um trabalhador, professor, que tenha uma formação de acordo com sua busca, possuindo um currículo crítico, emancipador e superador, que haja articulação entre teoria e práxis, que o homem compreenda como este chegou ao conhecimento do real, e não uma formação que os conteúdos que serão vivenciados desarticulados da realidade, que não haja a dicotomia entre teoria e prática, que os professores estejam a mercê dos ditames dos empregadores e das leis do mercado. Portanto, este modelo de formação surge como um projeto para a transição, que busque a superação do modelo de formação baseado na pedagogia das competências, que seja oposto aos interesses do neoliberalismo, com isso, possibilitando a superação do modelo de formação unilateral, para uma formação omnilateral.

As propostas de unificação são minoritárias, mas estão sendo levadas em cursos que discutem a reformulação e a possibilidade de unificação como são exemplos, os debates e as propostas na UFSM, UFRGS, UFG, UFBA, UEPA, UFMS, UNEMAT, entre outros (TAFFAREL, 2012). O processo necessita da precisão nos caminhos, nas disposições para que se dê os encontros ao conservadorismo que unicamente beneficia o capital, tanto na formação inicial e continuada do profissional: Professor de Educação Física, quanto na atuação em campos de trabalho. Nesta acepção, estamos nos aliando às posições de resistência e de ofensiva e protegendo a tese da urgência da formação unificada em um único curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado que deverá ser contemplada com a política de formação continuada, sendo os cursos de especialização, mestrado e doutorado que aprofundarão a base teórica palpável, a consciência de classe, a formação política dos professores de Educação Física formados nas universidades, com autonomia didático-científica, administrativa e no tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.



## Referências Bibliográficas

ALVES, M. S. As Falsas Interpretações das Diretrizes Curriculares Nacionais e suas Expressões em Reformulações Curriculares. **Motrivivencia (UFS)**, v. 24, p. 217-230, 2012

\_\_\_\_\_. **Divisão social do trabalho e alienação na formação de professores de educação física da UFS: o estágio supervisionado/prática de ensino enquanto síntese dialética dos projetos em disputa**. 2010. 142 F. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2010.

ANTUNE, R. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez Editora e Editora da Unicamp, 2010.

CARDOZO, M. J. P. B. A Produção Flexível e a Formação do Trabalhador: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. In: SOUSA, A. A.; ARRAES NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. M.; (Org.) **Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores**. Fortaleza: Editora SENAC Ceará – Edições UFC, p. 163 a 182, 2008.

COIMBRA, T. C. O reordenamento do trabalho do professor de Educação Física e a organização empresarial do âmbito do Fitness: CONFEE/CREF, ACAD e SINDCAD. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXII, n. 35, p. 62-78, dez. 2010.

CONFEE. **REVISTA E.F. nº 19** - Março de 2006.

DIAS, F. B. M. **A fragmentação da formação de professores de educação física: minimização da formação sob a ordem do capital**. 2011. 293f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DUTRA, G. C. Z. **Atualidade do debate sobre a formação unificada na Educação Física: um balanço da correlação de forças na área**. 2011. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer)-Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.



ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2ed. São Paulo: Centauro, 2004.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração para a promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 76-99.

GONÇALVES, M. P.; MORAES, B.; JIMENEZ, S. O Trabalho como Fundamento Onto-histórico do Ser Social: lineamentos teóricos de Marx e Leontiev. In: SANTOS, D. COSTA, F. JIMENEZ, S. **Ontologia, Estética e Crise Estrutural do Capital (Orgs)**. Campina Grande: EDUFCEG/Fortaleza: EdUECE, 2012, p. 244.

LESSA, S. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, K. R. R. O Modelo da Competência e as Implicações na Vida do Trabalhador. In: SOUSA, A. A. et al. (Org.). **Educação e Formação para o Trabalho no Brasil**. 1ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 95-109.

MACHADO, L. R. S. O Modelo de Competências e a Regulamentação da Base Curricular Nacional e de Organização do Ensino Médio. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n.4, p. 15-34, 1998.

MACIEL, T. B. et al. O Reordenamento do Mundo do Trabalho e a Educação Física. In: DIAS JR, E. M; LIMA, T. F. **MNCR: 10 anos na luta pela regulamentação do trabalho**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. p. 19-51.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 2002.



\_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NOZAKI, H.T. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. 383f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SADI, R. S. Invasão de novas esferas, mercadoria, empregabilidade e valorização educacional: uma revisitação do Mundo do Trabalho no cenário da regulamentação do profissional de educação física no Brasil. **Boletim Educação Física**. Campo Grande, ano III, n. 31, nov. 2003. Disponível: em <<http://www.mncr.rg3.net/>>, Acesso em 16 de junho de 2013.

SANTOS JÚNIOR, C. L. **A formação de professores de Educação Física: A mediação dos parâmetros teóricos metodológicos**. 2005. 157 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SHERER, Alexandre. Educação física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos? In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (Org). **Grupo de Trabalho Temático/CBCE. Formação profissional em educação física e o mundo do trabalho**. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana de Vitória, 2005.

SILVA, G. G.; FRIZZO, G. Crítica à regulamentação da profissão e à produção científica defensora do sistema CONFEF/CREFs. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXIII, n. 36, p. 149-168, jun. 2011.

SOUSA SOBRINHO, J. P. et all. **O Sistema Confef/Cref e a Reestruturação Curricular dos Cursos Superiores De Educação Física: a Formação Do Profissional (Neo)Liberal**. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2011.

TAFFAREL, C. N. Z. Formação de Professores de Educação Física: diretrizes para a formação unificada. **Kinesis**, v. 30, p. 95-133, 2012.



TAFFAREL, C. N. Z. et all. Uma proposição de Diretrizes Curriculares para a Formação de professores de Educação Física. In: Celi Neza Zülke Taffarel, Reiner Hildebrandt-Stramann. (Org.). **Currículo e Educação Física. Formação de Professores e Práticas Pedagógicas nas Escolas.** Unijuí: Unijuí, 2007, v. 1, p. 41-50.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução À Pesquisa Em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa Em Educação. O Positivismo. A Fenomenologia. O Marxismo.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.